DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA AMAZÔNIA:
particularidades do município de Barreirinha/AM

CHALLENGES OF THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN THE AMAZON:
particularities of the municipality of Barreirinha/AM

Kássia Karise Carvalho Carneiro[1]

RESUMO
O trabalho versa sobre os desafios a operacionalização da política de assistência social no município de Barreirinha/AM, no que tange as particularidades amazônicas. Elaborado a partir de revisão bibliográfica e análise documental a partir do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS/SEMAS (2018-2021), Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas (DSA,2020) e informações dos sistemas SAGI/MDS e IBGE. Neste caso considera-se a Amazônia e sua múltiplas dimensões que a colocam de modo desafiador as políticas públicas, no contexto de desmonte de políticas sociais, de políticas neoliberais. Barreirinha no interior do Amazonas está situada em área de várzea, estado suscetível a enchentes, acarretando impactos, ademais agrega as características geográficas, territoriais e culturais do ambiente e da população Amazônica. Os resultados apontam que o estado do Amazonas tem avançado na consolidação do SUAS. Os municípios, particularmente assinalam a necessidade de intervenções que levem em conta a diversidade e peculiaridades regionais, nos vários âmbitos.

Palavras-chave: política de assistência social; desafios; Amazônia;

ABSTRACT
The work deals with the challenges to the operationalization of the social assistance policy in the city of Barreirinha/AM, regarding the Amazonian particularities. Prepared from a literature review and document analysis from the Municipal Social Assistance Plan - PMAS/SEMAS (2018-2021), Socio-territorial Diagnosis of Amazonas (DSA, 2020) and information from the SAGI/MDS and IBGE systems. In this case, the Amazon and its multiple dimensions are considered, which place public policies in a challenging way, in the context of dismantling social policies, neoliberal policies. Barreirinha in the interior of Amazonas is located in a lowland area, a state susceptible to flooding, causing impacts, in addition to adding the geographic, territorial and cultural characteristics of the environment and the Amazon population. The results show that the state of Amazonas has advanced in consolidating SUAS. The municipalities, in particular, point out the need for interventions that take into account the diversity and regional peculiarities, in the various spheres.

.**Keywords**: social assistance policy; challenges; Amazon;

[1] Graduada em Serviço Social (UFAM); Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Email: kassiakarise@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho propõe uma reflexão sobre os desafios a operacionalização da política de assistência social no município de Barreirinha/AM, no que tange as particularidades amazônicas. É construída a partir de revisão bibliográfica e análise documental a partir do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS/SEMAS (2018-2021), Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas (DSA,2020) e informações dos sistemas SAGI/MDS e IBGE. A pesquisa documental diferenciando da bibliográfica pela natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores, a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

Orienta-se pelo método do materialismo histórico-dialético. Constituindo fundamento para a discussão, implica para Marx, uma determinada *posição* (*perspectiva*) do sujeito que pesquisa em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011). Neste caso considera-se a Amazônia e sua múltiplas dimensões que a colocam de modo desafiador as políticas públicas, no contexto de desmonte de políticas sociais, de políticas neoliberais, pelo capitalismo que avança.

Pesquisas sobre a região consideram que, as condições geográficas, devem ser encaradas com seriedade no estudo do complexo social, em que estão inseridas as relações sociais, os processos sociais, as distâncias sociais, no mundo inter-humano da Amazônia" (ARAUJO, 2003). As feições geográficas da região, muito se vinculam ao modo de vida que vai se desenvolvendo seja em área rural ou urbana.

Imerso neste cenário situa-se o município de Barreirinha no interior do Amazonas, situado a margem direita do rio Paraná do Ramos, afluente do rio Amazonas, assim como compreende em seu território o Rio Andirá. Fazendo limite ao Norte com o município de Parintins, a Leste com o estado do Pará. Pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Localiza-se a leste de Manaus, possui área territorial de 5.751,00 km2 e fica distante da capital Manauara a 330 km em linha reta e 420 km via fluvial.

O município apresenta suas feições regionais, está situado em área de várzea, estado suscetível a enchentes periódica dos rios, que nos últimos anos tem se intensificado, acarretando impactos, ademais agrega as características geográficas, territoriais e culturais do ambiente e da população Amazônica, de um todo heterogêneo. A partir desse ponto se problematiza os desafios as políticas publica, especificamente a operacionalização da Política de Assistência Social a nível municipal, diante dos nuances regionais.

O trabalho esta estruturado nesta introdução, em dois tópicos a saber: 1. Particularidades Amazônicas e indicadores socioterroriais: o município de Barreirinha em questão; 2. A operacionalização e Desafios a Assistência Social no município de Barreirinha, as considerações finais e Referencias.

2. PARTICULARIDADES AMAZÔNICAS E INDICADORES SOCIOTERRORIAIS: o município de Barreirinha em questão

Esse item se pondera o cenário Amazônico, se suas particularidades que agregam um modo de vida que perpassa deste seu passado histórico no que tange a multidimensionalidade da pobreza e vulnerabilidade social presentes, particularizado o lócus de estudo, o município de Barreirinha a partir de dados de pesquisa bibliográfica e documental.

No decorrer do processo histórico da Amazônia pode-se verificar uma diversidade de grupos sociais, que contribuíram de maneira diversa para o cenário atual, tanto do ponto de vista cultural quanto social. Observa-se a existência de um heterogêneo conjunto de grupos sociais formados por populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes entre outras.

Falar de Amazônia evolve um todo complexo. São vários os aspectos que a caracterizam, e se entrecruzam em sua dinâmica. A inserção de grandes indústrias no processo de exploração dos recursos minerais, hídricos, agroindustriais, florestais e outros, tem refletido de forma negativa na vida da população, pois os recursos retirados dessas reservas não se destinam ao desenvolvimento da região e sim para

o aumento de conflitos agrários, tráficos de drogas, prostituição, violência e etc (TEIXEIRA, 2009).

O Estado do Amazonas, carrega consigo este emaranhado de características e peculiaridades sócio históricas, culturais e ambientais. No bojo destes Estados que compõem a Amazônia legal, o Amazonas aparece como sendo o maior em extensão territorial, inclusive do Brasil, por possuir 1.559.167,878 km^2, embora detenha um dos mais baixos índices de densidade demográfica, ou seja, 2,23 habitantes por km^2 (IBGE, 2010). Densidade demográfica que por muitas vezes foi tida por oportunistas, a tese do vazio demográfico, para das riquezas naturais utilizarem de forma esdrúxula para o capital. Que acarretou e acarreta inúmeras consequências, para a população regional, tanto o campo ambiental, como o social e econômico.

Imerso neste cenário situa-se o município de Barreirinha. A população no último censo (IBGE, 2010) era de 27.355 pessoas, sendo um município classificado como de pequeno porte II[2]. Da população 12.418 (45%) em área urbana, e rural de 14.97 (55%) pessoas em comunidades, vilas e distritos que se estendem ao longo do Paraná do Ramos e do Rio Andirá.

Na extensão destes rios está localizado um total de 157 comunidades rurais, sendo noventa e nove comunidades banhadas pelo Paraná do Ramos e que estão sob o ecossistema de várzea e vinte e três estão às margens do rio Andirá (RIBEIRO et al, 2019). Tendo presente em seu território, comunidades de povos tradicionais, como 59 comunidades Ribeirinha, 57 indígenas e 5 comunidades quilombolas. As 57 comunidades indígenas estão localizada ao longo do Rio Andirá, parte do rio Marau e uma parte em terras do Estado Pará (PMAS/SEMAS, 2018).

O campo econômico de Barreirinha, registra em seu PIB per capita (2018) R$ 8.192,2. Sobre o Trabalho e Rendimento, o ano de 2018, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 3.8%. A principal fonte de renda do município advém da contratação no setor de serviços públicos e nos serviços oriundos do setor primário.

[2] Pequeno porte II: O Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) ratifica que sua população é de 27.355 habitantes. Este número populacional o consagra como sendo um município de Pequeno Porte II. De acordo com o IBGE (2010), a subdivisão dos municípios brasileiros delineia-se da seguinte forma: Pequeno Porte 1 – até 20.000 hab.; Pequeno Porte 2 – 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte – 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte – de 100.001 mil a 900.000 hab.

O município possui como suas principais atividades econômicas: setor primário a agricultura, pecuária, pesca, avicultura, extrativismo vegetal; no setor secundário: comércios, fábricas de moveis e gelo; setor terciário com hotéis e pensões comercio atacadista e varejista (PMAS/SEMAS, 2018).

No que tange o rendimento per capita mensal por domicilio permanente, assim estava nos levantamentos IBGE (2010)

Quadro 1: Classes de rendimento nominal mensal domiciliam per capita

Domicílios particulares permanentes	**5153 domicílios**
Classes de rendimento nominal mensal domiciliam per capita	
Sem rendimento	493 domicílios
Até ¼ de salário mínimo	2481 domicílios
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	903 domicílios
Mais de ½ a 1 salário mínimo	975 domicílios
Mais de 1 a 2 salário mínimo	227 domicílios
Mais de 2 a 3 salários mínimos	42 domicílios
Mais de 3 a 5 salários mínimos	24 domicílios
Mais de 5 salários mínimos	7 domicílios

Fonte: Informações IBGE (2010).

De acordo com as informações do quadro, a maioria dos domicílios, dispunham de até ¼ de salário mínimo, seguido de mais de ¼ a ½ salário mínimo e terceiro maior valor de rendimento de 975 domicílios, nota-se a baixa renda per capita. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 34º posição e relação ao salário médio mensal de 62 e 53º posição em relação a pessoas ocupadas de 62, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 53% da população nessas condições, o que o colocava na posição 18º de 62 dentre as cidades do estado.

O IDHM (2010) era de 0, 574. O censo do IBGE (2010) apontava que o total da população em extrema pobreza era de 12.795. Os dados reelam que a cidade aponta índices alarmantes de pobreza, ainda que se tenha relativa melhora em

relação a dados anteriores. Importa destacar a falta de postos de trabalho e de maiores oportunidades de ingresso para a população brasileira, em especial na região amazônica que tem sofrido com esse adentramento ferrenho do modo de produção capitalista. Scherer (2009) identifica que no Amazonas a questão social se expressa principalmente pelo desemprego, pela precarização das formas de trabalho e pela crescente informalização da economia.

Quando se diz respeito ao aspecto da renda e consumo, o mesmo autor ressalta que as famílias agem com estratégias de caráter econômico para contribuir na renda familiar. Isto é uma realidade que permeia sociedade, visto que a política pública muitas vezes não atendem as necessidades particulares das diferentes regiões, pois como se sabe há características socioculturais, econômicos e políticos diferenciadas do sul ao norte do país, por mais que muitas vezes estas de apresentem em sua regulamentações.

Na área de saneamento básico, os dados do IBGE/PNAD (2010), apontam que 1,9% tinham um saneamento *adequado;* 44,6% como *inadequado* e 53,5% como *semiadequado.* Outra situação de vulnerabilidade identificada no contexto amazônico refere-se ao acesso aos serviços de infraestrutura básica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incorpora na concepção de saúde não apenas a questão dualista de doença-saúde, mas outras dimensões essenciais para a qualidade de vida das pessoas, sendo a infraestrutura uma das condicionantes de saúde (D.S.A./SEAS, 2020).

No Amazonas, as condições de infraestrutura são desafiadoras, levando-se em consideração o contexto territorial e de logísticas. Para Maia (2015) ao falarmos da Amazônia, ao lado dos fatores sociais, devemos ressaltar a influência dos elementos geográficos. A questão do ecossistema e sua relação com a questão sociocultural da população, principalmente o que se refere aos rios, seus ciclos e mudanças, que refletem a vida de grade parte da população da Região.

Em Barreirinha há três tipos de vegetação predominantes: floreta de igapó, floresta de terra firme e floresta de várzea (SEMAS, 2018). A sede do município

localiza-se em várzea[3] estado suscetível a inundações sazonais dos rios. Para Mello ainda, a região Amazônica se manteve por muitas vezes à distância tanto por obstáculos de "cunho geográficos, por deficiências de transporte e comunicações, condições historicamente responsáveis pelos fluxos reduzidos de comércio, de investimentos, de pessoas e de culturas". (p.104-105).

A questão social na Amazônia se mostra sobre múltiplas expressões. Diante dessas informações é um dado alarmante tendo em vista que as famílias são numerosas, o que situa as famílias estão em uma situação de extrema fragilidade social. Ao levar em conta todos esses aspectos presentes na realidade amazônica, considera-se que a região não vivencia uma situação tranquila, é uma realidade complexa, que necessita de instrumentos para o enfrentamento da questão social nela presente.

3. A OPERACIONALIZAÇÃO E DESAFIOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA

Pelo exposto o tópico anterior e reafirmado no diagnostico socioterritorial do Amazonas (2018), o estado, por sua realidade diversa e singular, expressa um conjunto de condições geoespaciais que se impõem como desafio à implantação de políticas públicas, neste conjunto a Política de Assistência Social.

Essa particularidade da região precisa ser reconhecida para a criação de estratégias que possam garantir o acesso da população usuária aos serviços e benefícios socioassistenciais. O que só poderá ser materializado como direitos de cidadania mediante ações descentralizadas, compartilhadas e participativas entre os entes federados e os diferentes sujeitos que compõem a rede SUAS.

Para Teixeira (2013 p. 190) " A região amazônica põe um desafio diferente ao principio da territorialidade. Sua particularidade regional pede especificidades na leitura da realidade social em seu território, e pede a introdução de **ativos** na

[3] A Amazônia é composta por dois espaços territoriais distintos: a área de terra firme e várzea. Para Pereira (2007, p. 16) "Os ambientes de várzea se caracterizam por uma sazonalidade marcante devido às enchentes periódicas dos seus rios, que regulam os ciclos de vida da biota local e consequentemente regulam as oportunidades de subsistência disponíveis para as populações humanas [...]".

potencializarão da proteção social no âmbito do SUAS". Sendo a Política de Assistência Social operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como uma das diretrizes estruturantes a primazia do Estado na condução da Política de Assistência Social e a promoção das seguranças afiançadas para a proteção social. Para organização do SUAS de forma descentralizada, o sistema adota a divisão dos municípios por porte populacional como forma de assegurar recursos e um padrão básico de serviços e atendimentos.

Por seu porte, o município de Barreirinha conta com a proteção social básica e de média complexidade no SUAS, dentro das unidades de referência, abrangendo tanto sede como comunidades de área rural. Se operacionaliza pelos equipamentos, a saber: Secretaria de Assistência Social – SEMAS; 01 Centro de Referencia da Assistência Social – CRAS; 01 Centro Especializado da Assistência Social – CREAS; 1 Central de Cadastramento Único – CadÚnico e implantamento recente da Vigilância Socioassistecial;

A Política de Assistência Social prevê o desenvolvimento e boa execução dos serviços, programas e projetos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS que é uma unidade pública estadual de base territorial, estando localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrange dependendo da estipulação do SUAS um total de até 5.000 famílias/ano. A instituição funciona 40 horas semanais com atividades diárias ofertando tais serviços: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV: Possui 32 grupos, totalizando 1.018 usuários, nas faixas etárias de 0 a 6 anos; 06 a 15 anos; 15 a 17 anos; 18 a 29 anos; 30 a 59 anos; e acima de 60 anos, distribuídos na Zona Urbana e Rural.

O SCFV funciona na sede do município e em mais seis (06) distritos na zona rural, a saber: Vila Cândida, Cametá, Pedras, Terra Preta, Barreira do Andirá e Freguesia (PMAS/SEMAS, 2018). A nível de território, os nuances regionais, são desafiadores, para cobertura da população pela Assistência Social, é preciso um grade empenho em logística e pessoal, afim de abranger a zona rural também.

O Centro de Referencia Especializado da Assistência Social – CREAS do município atende cerca de 250 famílias anualmente que são acompanhadas pelo PAEFI. Além deste serviço, a instituição trabalha com atendimentos psicossociais e

visitas domiciliares. Nos serviços ofertados pelo CREAS podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; abandono; maus tratos; violência patrimonial; violência doméstica; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos; visitas domiciliares periódicas na sede e no interior; solicitações de ajuda de custos e passagens para os egressos a Fazenda da Esperança e seus acompanhantes; interação direta com a representação do município em Manaus, que acolhe e dá suporte as demandas encaminhadas; parceria com a CASAI Parintins/AM.(Órgão Estadual Indígena); parceria com o CREAS do município vizinho/Parintins. Ressaltando ainda que, os casos acima citados, continuam sendo acompanhados pela equipe técnica do CREAS local, com visitas domiciliares periódicas (PMAS/SEMAS, 2018).

Junto ao Cadastro Único, segundo relatório de programas e ações do governo federal, em março de 2021 em Barreirinha haviam 7.577 famílias cadastradas, dentre as quais estão 5.728 famílias em situação de extrema pobreza; 177 famílias em situação de pobreza; e 433 famílias de baixa renda. O índices de pobreza são notórios, e aguçam a discussões traçadas em tópico anterior.

Dentre estas famílias estão Grupos Populacionais Tradicionais Específicos como Indígenas: 1.077 famílias, Agricultores familiares: 1.138 famílias, Quilombolas: 437 famílias, Ribeirinhos: 417 famílias entre outros.

Quanto aos Benefícios do SUAS o município de Barreirinha disponibiliza o acesso ao Cadastramento ao Cad Único; acesso ao Programa Bolsa Família; Beneficio de Prestação Continuada – BPC; e Benefícios eventuais aos usuários que se encaixam no perfil estabelecido pelo serviço

O Programa Bolsa família abrange 72,13% do percentual da população do município em abril/2021. Isto aponta a vulnerabilidade de muitas famílias, que atendem aos critérios para o programa, tendo como obrigação para sua permanência, o atendimento as condicionalidades, sobretudo intersetoriais com o campo da saúde e educação. A Plano Municipal de Assistência Social de

Barreirinha, sobre a extrema pobreza aborda que esse fator acaba por ser característico da região, por se tratar de um território predominantemente rural de áreas alagadiças, o que interfere diretamente na geração de renda das famílias.

O Beneficio de Prestação Continuada – BPC totaliza 563 beneficiários em março/2021. Em conformidade com a LOAS (1993) "O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família".

Quanto aos benefícios eventuais da assistência social de acordo com o Art 22 da LOAS (1993), entendem-se as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Segundo PMAS/SEMAS dentro de tais atribuições, o município atende em média anual o número de 269 solicitações para benefício eventuais.

Tabela 2: Número de benefícios eventuais concedidos

Número de benefícios eventuais concedidos			
Ano	**Auxílio Natalidade**	**Auxílio Funeral**	**Outros Benefícios**
2017	0	63	398
2018	21	66	120

Fonte: (MDS/RMA 2017-2018) – Diagnóstico socioterritorial do Amazonas (2020)

Um fator que explicaria o alto índice de concessões de benefícios nessa variável seria a situação de calamidade pública que é decretada nos períodos de cheia dos rios, que atinge principalmente uma parcela dos municípios do Amazonas (D.S.A/SEAS, 2020).

O contexto pandêmico da COVID-19 que se apresenta, adensa ainda mais as condições de vida vulneráveis da população. Uma forma de amenizar a situação econômica de muitas famílias foi por meio do auxílio emergencial, os dados disponibilizados referentes a o Auxílio Emergencial (AE) e da sua extensão (AER) mostram a elegibilidade de 13,3 mil beneficiários no município.

Vale ressaltar que a somar com a pandemia, o ano de 2021, foi ainda mais desafiador ao município, por conta de mais uma vez ser afetado bruscamente pela cheia dos rios, uma das maiores dos últimos anos. O município está sob vigência do

decreto de situação de emergência: 276/2021, datado de 04/05/2021 tendo vigência até 31/10/2021, por conta de inundações. Os desastres ambientais fluviais podem ser classificados ainda quanto à forma de ocorrência em bruscos (súbitos) ou graduais. As inundações bruscas, por exemplo, são resultados de chuvas intensas e/ou prolongadas provocando impactos às populações vulneráveis de forma imediata, já as inundações graduais, como as ocorridas na Amazônia, são resultados de diversos fatores climáticos que intensificam o período da estação cheia provocando inúmeros problemas para as populações ribeirinhas (FREITAS et al., 2014).

Evidencia-se que o fenômeno das águas traz uma dinâmica única nas formas de vida da população. Apresentando assim a necessidade da intervenção de políticas públicas para a região que levem em conta toda essa dinâmica presente, seja no ambiente rural ou urbano.

Pode se observar que as inundações quando ocorrem de maneira intensa trazem vários impactos, Carneiro (2016) chama a atenção para o impacto econômico agravado no processo de subida das águas o município de Barreirinha quanto a sua sede naqueles bairros considerados como os mais afetados. Para além da locomoção em algumas áreas da cidade, afeta também a renda de muitas famílias, principalmente os trabalhadores informais, autônomos, que têm sua renda familiar prejudicada na enchente. O que se identifica é que neste ciclo do tempo dos rios ocorre o agravamento das vulnerabilidades, diante de situações de emergência e calamidade pública que decorrem de enchentes.

As vulnerabilidades sociais têm seus fundamentos ligados à sociedade capitalista, contudo ela se particulariza em um determinado contexto, território e cultura. Levando em consideração esse entendimento no Amazonas, as vulnerabilidades se manifestam nas dimensões de disparidades regionais, econômicas, sociais e culturais (DSA/SEAS, 2020).

Teixeira (1998) aborda que são diversos as situações e apresentam desafios à Assistência Social, um de caráter político e outro de caráter econômico, que desborda na sociedade e nos direitos sociais. O movimento de caráter político,é o êxito político do neoliberalismo combinado com seu fracasso econômico. O

neoliberalismo é uma tentativa de saída da crise enfrentada pelo capitalismo. Surge como uma reação ao Estado de Bem Estar social, critica os serviços sociais, e as políticas protecionistas para o pobre ou o trabalhador, nele a desigualdade é um valor positivo.

4. CONCLUSÃO

A população amazônica precisa ter maior abrangência na agenda política, do governo federal, estadual e municipal. Necessita de política publicas que garantem maior investimento na área da assistência social, aliada a ações articuladas a outras políticas setoriais, que amenizem uma série de problemas sociais que enfrentam. Maciel (2002 p. 126), ressalta que “As relações cotidianas presentes na realidade social das famílias empobrecidas são, via de regra, desconsideradas na formulação e constituição das políticas públicas, especialmente no tocante às particularidades regionais”. A situação de extrema pobreza das famílias expressa a relação de totalidade das condições de sobrevivência ligadas ao modo de produção capitalista que expõe e fragiliza as condições de sobrevivência da população. Outro indicador de vulnerabilidade nesse processo refere-se ao território, ou seja, as condições de infraestrutura básica para a qualidade de vida da população (DSA/SEAS, 2020).

Mediante o exposto, o DSA/SEAS aponta que o estado do Amazonas tem avançado no que se refere à consolidação do SUAS, assumindo um conjunto de seguranças afiançadas na Assistência Social, com a perspectiva do aprimoramento e busca de patamares de qualidade quanto à cobertura dos serviços ofertados aos usuários da Política de Assistência Social.

Assim também como os municípios, particularmente apontam a necessidade de intervenções que levem em conta a diversidade e peculiaridades regionais, nos vários âmbitos. O município de Barreirinha em seu plano municipal 2018-2021 traz apontamento para maior abrangência de acesso aos serviços socioassistenciais, assim como maior valorização de seus profissionais, tendo em vista estratégias que possam qualificar ainda mais suas ações, no sentido de estar preparado para lidar

com os desafios, estes oriundos não somente das feições regionais, mas de se trabalhar e planejar diante de entraves e retrocessos às políticas públicas.

.

REFERENCIAS

ARAUJO, André Vidal. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2ed. Ed. Valer, Manaus, 2003

BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 2 (2013). **Proteção de Assistência Social:** Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Lei n 8.742, de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência social – LOAS**. Coletânea de Leis: CRESS 15ª Região/ AM-RR, Manaus, 2008

CARNEIRO, K.K.C. **ENCHENTE/VAZANTE E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade federal do Amazonas – UFAM. 2016

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

IBGE. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama. Acesso 01.05.2020

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A família na Amazônia:** desafios para a Assistência Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XIII, n. 71, set. 2012. Edição especial: Famílias. p.122-137.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Pescadoras de Barreirinha (AM)** : conquistando direitos e resignando mitos / Maria Bernadete Reis Maia. -- São Carlos : UFSCar, 2016. 149 p. Tese (Doutorado) -Universidade Federal de São Carlos, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia**: O caso brasileiro. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107, Setembro 2015: 91-108

NETTO, José Paulo, 1947. **Introdução ao estudo do método de Marx** - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2011. 64 p.

Plano Municipal de Assistência Social de Barreirinha. Secretaria Municipal de Assistência Social (2018-2021).

Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania Município de Barreirinha/AM Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/pdf Acesso em : 5 de junho de 2021.

RIBEIRO, P.A. et. al**.** POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA (AM). v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Seção: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexual.

Secretaria Estadual de Assistência Social. Diagnostico Socioterrorial do Amazonas, 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, **A Assistencia Social na Amazonia**. In: Revista serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XIX. N. 56.p.97-113, mar. 1998

SCHERER, E. F. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso ao progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.) **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009 (pag 129-163)

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazonia em interface com o SUAS**. In: Coletanea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Organica de Assistencia Social/Organizadores: Jose Ferreira da Crus...[et al]. - Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasilia: MDS, 2013, 248p.